



PAULO FREIRE E AS NOVAS TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PAULO FREIRE AND THE NEWS EDUCATION DIRECTIONS

CAMPOS, Judas Tadeu de¹

e-mail: j.t.campos@uol.com.br.

RESUMO

Em face das modificações que vêm ocorrendo na educação, tanto pela mudança do paradigma dominante como pelas novas exigências expressas nos objetivos escolares, outras tendências educacionais estão se configurando. As ideologias que tiveram grande impacto no ensino brasileiro ao longo da maior parte do século XX estão sendo renovadas para se adaptar às novas necessidades políticas e econômicas. E, para esta renovação, o pensamento educacional de Paulo Freire oferece uma contribuição muito importante e original. Este é o assunto deste trabalho, que através da análise das diversas tendências que prevaleceram nas escolas brasileiras e das que agora estão surgindo, procura levar à compreensão da atualidade das idéias desse educador para as políticas públicas que começam a se apresentar.

Palavras-chave: Paulo Freire, políticas educacionais, novas tendências.

ABSTRACT

¹ Professor Assistente Doutor na Universidade de Taubaté (UNITAU) e pesquisador nos grupos de pesquisa: Educação Regional: História e Políticas, da UNITAU, e PEC – Políticas de Educação: Currículo, do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: j.t.campos@uol.com.br.



Because the news modifications in the education, for the displacement in dominant paradigm as the exigency of scholar aim, an other educational bias is in configuration. The ideologies, which had great impact in the Brazilian instruction during the 20th century, have been renewed for adaptation at politics and economics needs. For this renewal, the Paulo Freire educational thought give a very important and original contribution. This is the theme of present article. Through an analysis of several teachings tendencies in Brazilian schools – inclusively that are in configuration – search the opportunity from this educator conceptions for the rising educational politics.

Key-words: Paulo Freire, educational politics, actual tendencies.

INTRODUÇÃO

Paulo Freire foi o educador brasileiro de maior projeção internacional no século XX. O objetivo deste artigo é discutir o papel de suas idéias no contexto educacional deste novo milênio. Assim, o tema central destas reflexões suscita alguns questionamentos: Como deveria ser a educação brasileira no século XXI? Quais as tendências que se apresentam para a configuração da escola em nosso País, a partir da primeira década deste século? Para tentar responder essas questões, o trabalho focaliza as tendências educacionais que emergiram nos últimos 20 anos do século XX e que, segundo indicam os acontecimentos mais recentes, terão profunda influência na definição das políticas públicas de educação que serão implementadas nas décadas que se seguirão. Entretanto, vale salientar que aqui não estarão em questão os processos adotados pelas escolas nem as técnicas utilizadas pelos professores para o ato de ensinar, baseados, por exemplo, em teorias como o *tecnicismo linear*, de Ralph Tyler e Hilda Taba; a *auto-realização*, de Maria Montessori e Carl Rogers; ou o *cognitivismo construtivista*, de Jean Piaget e Emília Ferreiro, entre outros.

A partir da década de 1980 a educação brasileira, acompanhando o que já acontecia em grande parte dos países ocidentais, foi fortemente influenciada por duas ideologias: pelo



ressurgimento do *Liberalismo* e pela *Dialética* influenciada pelo marxismo. Versões atualizadas destas duas visões de mundo poderão determinar nossa educação no futuro. Ambas têm suas raízes no paradigma cartesiano-newtoniano, também conhecido como *modernidade*. Portanto, embora possam se constituir em tendências para o início de um novo milênio, suas origens mais remotas estão no final do século XVI.

Apenas para fins didáticos separo a tentativa de explicação para cada uma dessas escolas econômicas e seus segmentos pedagógicos já que, na realidade, elas vêm existindo (embora não necessariamente coexistindo) simultaneamente. A predominância de uma ou de outra na organização de um sistema ou rede de educação, depende da tendência ideológica do partido ou do grupo político que detém o poder local, regional ou nacional.

De outra parte, a emergência de um novo paradigma, que alguns chamam de *pós-modernidade*, com o sentido de superação do paradigma dominante, começa a apresentar uma forte influência na educação, sendo objeto de um número crescente de pesquisas acadêmicas e, de uma maneira especial, provocando a reformulação dos conceitos sobre currículo escolar (CAPRA, 2001; MORAES, 1997; SANTOS, 1997; 1999). É neste contexto que as idéias de Paulo Freire poderão dar uma grande contribuição para essa matriz educacional que está sendo configurada e exercer uma influência decisiva nas políticas educacionais que os governantes deverão adotar nos próximos anos e (quem sabe?) nas próximas décadas.

O LIBERALISMO

De acordo com Cunha (1980), o liberalismo econômico foi uma consequência do mercantilismo, tendência que surgiu com as grandes descobertas e a conseqüente expansão do comércio mundial (a primeira globalização), no século XVI. Seus principais teóricos foram os pensadores ingleses Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790). Não por acaso a Revolução Industrial, filha primogênita das idéias liberais, ocorreu na Inglaterra. Sua outra filha foi a Revolução Francesa.



Para os teóricos do Liberalismo, a origem do Estado está num acordo entre os cidadãos, que estabeleceram uma autoridade capaz de promover a harmonia entre as pessoas e os grupos de uma sociedade, a fim de proteger os *direitos naturais* do indivíduo. O conceito de *direito natural*, pelo qual cada indivíduo possui determinados direitos cuja validade independe da sociedade onde viva, substituiu o antigo conceito de *direito divino* ou *direito de nascimento*, que prevaleceu até a Idade Média. Nesse, o direito de cada pessoa dependia da origem social de sua família.

O liberalismo se apoia em cinco princípios:

- *Individualismo*: O progresso de cada um pode levar à melhoria da sociedade. Para isso, uma das funções do Estado deve ser a garantia dos direitos individuais.
- *Liberdade*: Para os adeptos da teoria liberal, todas as liberdades decorrem da liberdade individual. Assim, o liberalismo condena qualquer limitação da liberdade. Segundo o pensador inglês John Stuart Mill, o limite da liberdade de alguém é a liberdade da outra pessoa.
- *Propriedade*: É vista como a consequência do trabalho e do talento, que são os instrumentos legítimos para a ascensão social. Por isso, a obrigação do Estado é proteger este direito e não intervir ou usurpá-lo.
- *Igualdade*: O liberalismo nega o direito de nascimento, de origem medieval. Mas trata-se de igualdades de *direitos* e de *oportunidades* e não de uma igualdade *econômica*. Em consequência, a liberdade se torna uma questão individual. As teorias liberais não cuidam da igualdade social.
- *Democracia*: É o direito de toda pessoa participar do governo e da escolha de seus governantes. A forma dessa participação pode ser a *representativa* (através dos parlamentos) ou a *direta* (onde o próprio cidadão decide).

A EDUCAÇÃO LIBERAL

A educação liberal teve como um de seus principais teóricos o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917). Para ele, a educação atua como *agente de mudanças*, ou seja, provocador de modificações sociais e culturais na sociedade envolvente. Assim os educadores, principalmente os do ensino fundamental, poderiam promover modificações no comportamento individual dos alunos e, através deles, da sociedade. Foi ele quem primeiro definiu o conceito de educação escolar moderna. Os pensadores que o precederam diziam como a educação *deveria ser*; Durkheim disse o que a educação *é*. Eis a sua famosa definição:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio especial ao qual está particularmente destinada (2001, p. 52).

As idéias de Durkheim influenciaram o educador americano John Dewey (1859-1952), um dos maiores pensadores da educação no século XX. Para Dewey, a escola deve educar para o tipo de sociedade que pretende estabelecer. Assim, à medida que a escola produzir pessoas diferentes, contribuirá para a melhoria dessa sociedade. Sua frase célebre, “a escola não é uma preparação para a vida; a escola é a própria vida”, significa que a função de uma unidade escolar é vivenciar em seu cotidiano todos os comportamentos que deveriam promover a vida social. Assim, a escola se tornará um viveiro de novos e melhores predicados, como a democracia e o desenvolvimento social, que surgirão naquela sociedade (1978, p. 13-40).

Um de seus alunos foi Anísio Teixeira (1900-1970). Foi ele quem trouxe para o Brasil o movimento educacional que ficou conhecido como *Escola Nova* e que teve seus ideais consubstanciados no famoso *Manifesto dos Pioneiros*, em 1932, onde se defendia a realização dos ideais da escola liberal no Brasil (ROMANELLI, 2003). Esse manifesto teve grande influência na elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024/61), que esteve em vigor, pelo menos em parte, até dezembro de 1996.



No Brasil, essa visão liberal de educação, que predominou no período entre as décadas de 1920 a 1960, aproximadamente, ficou conhecida como *pedagogia do consenso* ou *otimismo pedagógico*, pois seus seguidores acreditavam que a escola tem a função não só de contribuir para melhorar a sociedade, como também de harmonizar os conflitos sociais (GOMES, 1981).

OS SISTEMAS NEOLIBERAIS DE EDUCAÇÃO

A educação liberal sofreu grandes adaptações, a partir da década de 1980, em diversos países do chamado Primeiro Mundo.

O vale-educação: Uma delas foi a preconizada por Milton Friedman (1912-2006), professor da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, e Prêmio Nobel de Economia de 1976. De acordo com Friedman (1986), os maiores interessados na educação das crianças não são os governantes, a escola ou os professores, mas os pais dos alunos. Por isso, são os pais quem devem controlar o sistema de ensino.

De outra parte, Friedman constatou que existe menos diferença entre um supermercado de primeira linha – voltado para a classe privilegiada – e um supermercado instalado na periferia de uma cidade, do que entre uma escola de um bairro rico e uma escola de um bairro pobre. E ele fala da realidade norte-americana!

Assim, um princípio básico para tornar a educação eficiente seria o governo dar aos pais as condições para que eles possam controlar o ensino de seus filhos. E, no entender desse autor, a melhor maneira de controlar a qualidade das escolas seria proporcionar às famílias o poder de escolher as unidades escolares onde quisessem matricular seus filhos. Porém, ele considera que esse controle é impossível no sistema atual, pois a grande maioria dos pais, em face de suas limitações econômicas, são obrigados a matricular suas crianças somente em escolas públicas e, mesmo assim, apenas onde encontram vagas.

Para Friedman, a solução seria o governo instituir e fornecer para os pais o *voucher* ou *vale-educação*, uma espécie de carnê de determinado valor, que permitisse às famílias pagar as

escolas de seus filhos. Esses carnês seriam fornecidos gratuitamente aos pais, de acordo com o número de filhos de cada família, e só teriam valor para o pagamento da mensalidade escolar. O governo, posteriormente, reembolsaria o valor dos carnês para as escolas que os recebessem.

Deve ser notado que o chamado vale-educação não exime o Estado do dever de mantenedor da educação. Mas muda radicalmente a forma de seu financiamento. Como conseqüência, o vale-educação determinaria o tamanho de cada escola. As melhores unidades escolares seriam as mais procuradas pelos pais, teriam mais alunos e, conseqüentemente, ganhariam mais. As que não melhorassem suas instalações e a qualidade do ensino oferecido, acabariam fechando por falta de clientela, pois, ele supõe, os pais, podendo, escolheriam as melhores escolas para seus filhos. Seria a lei do mercado aplicada à educação.

Segundo Friedman, os pais poderiam não somente escolher as escolas onde desejassem matricular seus filhos como, em alguns casos, usar o valor dos carnês para complementar o pagamento de escolas mais eletrizadas que, atualmente, estão fora do alcance até de certas camadas da classe média. Outro efeito colateral desse sistema de pagamento seria incentivar a instalação de escolas particulares em bairros periféricos, onde se concentra a população mais carente. Com a existência dos carnês, os empresários que desejassem investir no ensino teriam mais perspectivas de encontrar uma base de clientela nesses bairros, coisa que hoje não existe. Além de permitir que os pais controlassem o sistema escolar, o governo evitaria muitos gastos, pois diminuiria a necessidade de construção de edifícios escolares, a manutenção da rede física ficaria menos onerosa e não seria preciso um grande dispêndio de numerário para a admissão de pessoal docente, técnico e administrativo, pois boa parte da clientela passaria a freqüentar as escolas particulares.

Por outro lado, as escolas públicas também precisariam competir. Assim, mesmo sendo, em tese, mantidas pelo governo, teriam que mostrar eficiência e atrair clientela suficiente para conseguirem pagar suas despesas e sobreviver.

Essa escola, que seu próprio idealizador chama de *neoliberal*, parece ser uma forte tendência para a educação do século XXI.



A partir do início dos anos 1990 essa forma de manutenção da educação passou a ser adotada por governos de diversos países, como a Inglaterra, o Chile, a Austrália e a Nova Zelândia, entre outros 15 países. Ainda não se tem uma avaliação estratégica de seu desempenho pedagógico nem de suas repercussões na administração das políticas públicas de educação dos países que vêm adotando esta forma de financiamento. Edwin G. West, em artigo publicado nos Estados Unidos da América em 1997, afirma que “é muito cedo para se chegar a conclusões gerais, determinantes, sobre a eficácia dos vales” (1998, p. 38). Nos Estados Unidos da América, a instituição do sistema de vale-educação faz parte do programa de governo do Partido Republicano, e ganhou força desde que esse partido político conquistou o poder. Mas, antes disso, já vinha sendo adotada em alguns estados daquele país.

O sistema de financiamento educacional holandês: Outra maneira de manutenção das escolas, com base na ideologia do neoliberalismo é o adotado pelas escolas da Holanda. De acordo com Tedesco (2004), naquele país o Estado financia as escolas particulares com subsídios, proibindo, no entanto, que os estabelecimentos cobrem dos alunos pagamentos adicionais; paga o salário dos professores, mesmo dos que lecionam nas escolas particulares, mas não permite a complementação salarial, para evitar uma concorrência predatória entre as escolas; oferece grande facilidade de financiamento para a construção de edifícios escolares, mediante posterior reembolso às prefeituras; estabelece um currículo uniforme, válido para todo país, assim como um sistema único de exames finais, válido para todas as unidades escolares.

Com isso, segundo esse autor, conseguiram-se diversos resultados que os defensores da educação neoliberal consideram positivos, como a facilidade da entrada de empresários no mercado educacional e mensalidades escolares baixas, em face da competitividade existente. Assim, tem-se como resultado que os alunos das escolas particulares possuem a mesma origem social dos matriculados nas escolas públicas, o que é apresentado como indicador do sucesso desse sistema de financiamento.

A EDUCAÇÃO DIALÉTICA

Esta tendência educacional apareceu no Brasil a partir da década de 1970 e foi fortemente influenciada pela ideologia baseada nas idéias de Karl Marx (1818-1883), sociólogo e economista alemão, que escreveu grande parte de sua obra na Inglaterra.

Marx foi influenciado pela dialética do filósofo alemão Georg Wilhelm Friederich Hegel (1770-1831). Mas, ao contrário de Hegel, que via na dialética o movimento racional que nos permite ultrapassar uma contradição, Marx faz da dialética um método de análise da realidade socioeconômica de uma época, como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a luta de classes. Para ele a dialética é também o método do materialismo e do processo histórico.

Assim, ao contrário do liberalismo que vê o papel do Estado como um harmonizador dos conflitos, o marxismo acredita que o Estado administra os conflitos existentes num grupo social, sempre em favor dos grupos dominantes, ou seja, dos que detêm a posse dos meios de produção. Para ele, quem é dono dos meios de produção, controla o Poder. Em outras palavras, a classe dominante coloca o Estado a serviço da manutenção do *status quo*.

Segundo Marx, para se compreender as partes é necessário ter uma visão do todo, já que o todo é maior que a soma das partes. Dessa forma, para conhecer o processo educacional é necessário, antes, compreender a estrutura da sociedade onde a escola existe. Para ele, a sociedade é formada por uma *estrutura* (os meios de produção, como a terra, a indústria os bancos e o comércio) e uma *superestrutura*. Os que dominam a estrutura, em consequência, dominam também a superestrutura, constituída pelos aparelhos ideológicos, que procuram justificar a manutenção da estrutura, como a família, a escola, a religião e os meios de comunicação social.

Assim, como na sociedade liberal os meios de produção estão nas mãos da classe capitalista, a função da superestrutura é o de justificar e reproduzir essa sociedade. Ora, a educação é parte da superestrutura de controle usada pelas classes dominantes. Por isso, ao aceitar as idéias passadas pela escola, a classe dos trabalhadores (que Marx chamava de *classe proletária*) cria

uma falsa consciência, que a impede de perceber os interesses de sua classe. Como consequência, no capitalismo, a educação é um meio que leva à dominação de uma classe sobre a outra.

No caso da educação, o conceito *reprodução* significa que a escola prepara as crianças das famílias proprietárias para continuar sendo detentoras dos meios de produção e os filhos das famílias que não possuem esses bens (os proletários) para que continuem vendendo sua força de trabalho. E a escola realiza a alienação dos alunos no processo educacional de duas maneiras: impondo hegemonicamente as idéias dos detentores do poder (alienação) e excluindo as classes subalternas do domínio do conhecimento do processo dos bens de produção (apropriação). Para os teóricos da escola dialética o professor, mesmo sem saber, é um agente da ideologia dominante.

Qual seria a solução? Para os marxistas, já que a escola é parte de uma estrutura e contribui para reproduzir essa estrutura, o único meio de tornar a escola uma força de mudança social seria modificar a estrutura da própria sociedade. Ou seja, organizando uma sociedade socialista, onde não existiriam classes sociais e, portanto, os conflitos desapareceriam. Para Marx, nessa nova sociedade, trabalho e educação devem estar associados. É a chamada *educação politécnica*, onde o aluno receberia um conhecimento integrado, constituído de conhecimento intelectual, preparo físico e ensino profissional.

Não é por acaso que a tendência educacional com base na dialética marxista ficou conhecida como *pedagogia do conflito* ou *pessimismo pedagógico* (GOMES, 1981).

Durante a Idade Média, o bem mais precioso, isto é, que dava ao estamento superior o domínio sobre o restante da sociedade era a posse da terra. No liberalismo econômico o poder vem da posse dos meios ou bens de produção, também chamado de capital. Assim, este sistema econômico ficou conhecido como *capitalismo* e os proprietários particulares dos meios de produção de *capitalistas*.

De outra parte, o marxismo teve grande influencia na obra de diversos pensadores educacionais contemporâneos que – embora nem todos sejam marxistas – acabaram tendo participação importante na configuração das teorias e políticas educacionais emergentes. É o



caso de intelectuais como Pierre Bordieu, Louis Althusser e Jean-Claude Forquin, na França; Michael Young e Basil Bernstein, na Inglaterra; Michael Apple, Henry Giroux e Peter McLaren, nos Estados Unidos; José Gimeno Sacristán, na Espanha; e António Nóvoa e Boaventura de Sousa Santos, em Portugal.

A EDUCAÇÃO DIALÉTICA

Muitos pensadores da educação brasileira, como Paulo Freire, também foram influenciados pela dialética de Karx Marx. As idéias desses intelectuais acabaram levando ao aparecimento no Brasil de uma nova tendência educacional, desde o início da década de 1990. Esse novo enfoque ficou conhecido como *Teoria Crítica da Educação*. Ainda é uma tendência emergente, mas poderá exercer grande influência nas políticas públicas educacionais de viés dialético, a serem implementadas a partir das primeiras década do século XXI.

A Teoria Crítica representa o aparecimento das primeiras propostas brasileiras de concepção da educação. Ela considera a pessoa concreta, inserida na sua realidade (que pessoa vou educar? para viver em que sociedade?). Desse ponto de vista, o enfoque sociológico supera o pedagógico.

Na organização escolar ela absorve elementos das linhas tradicional e cognitivista. Exemplos: como na escola tradicional, são estabelecidos objetivos, mas o enfoque agora está também no processo e só não no produto. Para a Teoria Crítica, o principal objetivo da escola é a formação do aluno para exercer sua cidadania e não apenas formar um profissional integrado no mercado de trabalho. E assim como no cognitivismo, o professor é um estimulador da aprendizagem, aqui age também como um interventor, durante o processo dessa aprendizagem. A avaliação é qualitativa, mas marca outra mudança: deixa de analisar somente o aluno e procura avaliar também o currículo, a escola e até o sistema educacional.

Seu principal teórico no Brasil foi o Professor Paulo Freire (1921-1997). Para ele (1996; 1997), a educação pode fazer das pessoas donas da história ou acomodá-las ao mundo como um animal. A educação que apenas *deposita* conhecimentos no aluno (que Freire chamava de

educação bancária) é *monológica*, ou seja, unidirecional, do professor para o aluno. Isto pode conduzir à opressão, porque nela os estudantes se tornam objetos e não sujeitos da aprendizagem.

A educação que ele classificava como *libertadora* ou *emancipatória* deve ser:

- *Dialógica*, ou seja, o professor ao mesmo tempo em que ensina, aprende com a riqueza cultural que o aluno traz do ambiente onde vive.
- *Problematizadora*, isto é, os temas escolhidos para estudo devem estar de acordo com a realidade social vivida pelo aluno.
- *Crítica*, no sentido de ser formadora de cidadania, dando consciência da responsabilidade social e política do educando.
- Voltada para a relação *reflexão e ação*, ou seja, para a *práxis* (prática-teoria-prática): o aluno vem para a escola com sua experiência de vida (a prática), recebe na escola o saber elaborado ou erudito (a teoria) e ao voltar para sua realidade tem uma nova prática, agora enriquecida pela teoria.

Para Paulo Freire (1999) a escola tem uma função *conservadora*, já que reflete e reproduz injustiças da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, é uma força *inovadora*, já que o professor tem uma autonomia relativa. Assim, o educador tem um papel político-pedagógico destacado, já que não existe educação neutra.

A educação pode ajudar a transformar o homem e a mulher em sujeitos da História. Não qualquer tipo de educação, mas uma educação crítica e dirigida à tomada de decisões e à responsabilidade social e política. Dessa forma, Paulo Freire não só apresentou uma proposta concreta, como tentou implantá-la em vários países.

Diferente do liberalismo, que possui a crença ingênua de que a educação pode mudar a sociedade, e do marxismo, para quem a escola é apenas um agente passivo da classe dominante, a teoria crítica freiriana acredita que se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a escola pode fazer (CORTELLA, 1998).

TENDÊNCIAS EMERGENTES

As reflexões de Paulo Freire ajudaram a gerar inovações que poderão ter um profundo impacto na configuração da escola brasileira. Assim, é provável que na elaboração de futuras políticas educacionais, essas características estejam presentes nos projetos pedagógicos, nos currículos e no cotidiano das escolas e nos planejamentos elaborados pelos sistemas escolares.

É o caso da definição de currículo como uma manifestação da cultura, cuja essência consiste no cruzamento da história do indivíduo com a história da sociedade. Dessa maneira, é através do currículo que se dá a passagem da teoria (a cultura erudita) para a prática, através do processo escolar de ensino e aprendizagem.

Outros conceitos emergentes, também comuns nas idéias de Paulo Freire são:

- *Multiculturalismo*: a garantia do resgate e aproveitamento da cultura local ou regional no ensino escolar, estando a escola, ao mesmo tempo, atenta em levar ao aluno os componentes do saber acadêmico acumulado, o chamado patrimônio cultural da Humanidade. É a pluralidade de culturas presente no currículo.
- *Transversalidade*: temas como ética, meio-ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo são incorporados nas áreas de estudos ou disciplinas das grades curriculares.
- *Interdisciplinaridade*: todas as disciplinas, áreas de estudos e práticas educativas trabalhando numa direção temática.
- *Alquimia do conhecimento*: o currículo pensado a partir de diferentes competências, ou seja, do cognitivo para o relacional, incluindo a parte emocional e a afetiva.

Essa nova visão, mais do que se apresentar apenas como mais uma tendência educacional na escola brasileira, parece anunciar a configuração de uma nova visão de currículo, de escola e de educação; e também a ruptura com os conceitos de origem cartesiano-newtoniana que, de alguma maneira, foram dominantes na educação brasileira, ao longo do século XX. A este respeito, Boaventura de Souza Santos afirma que:

A ciência moderna tornou possível a primeira ruptura epistemológica e com base nela separou-se do senso comum existente. Foi um acto revolucionário de que não podemos abdicar. No entanto, uma vez realizada essa ruptura, o acto epistemológico mais



importante é romper com ela e fazer com que o conhecimento científico se transforme num novo senso comum (1997, p. 104 e 283).

Ele acredita que “estamos a entrar num período de transição paradigmática, (...) no plano epistemológico – da ciência moderna para um conhecimento pós-moderno”.

Por todas essas razões, a obra e as idéias de Paulo Freire têm muito a ver com as novas mudanças paradigmáticas que estão ocorrendo na educação e poderão dar uma grande contribuição para configurar a nova escola que os educadores brasileiros esperam para o século XXI.

REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CORTELLA, Mário S. **Escola e conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- CUNHA, Luiz A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- DEWEY, John. **Vida e educação**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.



- GOMES, Cândido. **A educação em perspectiva sociológica**. São Paulo: EDUC, 1991.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- MORAES, Maria C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papyrus, 1997.
- ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. Porto (Portugal): Afrontamento, 1999.
- TEDESCO, Juan C. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 2004.
- WEST, Edwin G. Um estudo sobre os princípios e a prática dos vales-educação. **PREAL (Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e Caribe) Documentos**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, n.º 12, 1998.

Recebido em: 02/08/2007

Aceito em: 26/09/007

Para citar este trabalho:

CAMPOS, Judas Tadeu de. **Paulo Freire e as novas tendências da Educação**. **Revista e-Curriculum, PUCSP – SP**, Volume 3, número 1, dezembro de 2007. Disponível em <http://www.pucsp.br/ecurriculum> . Visitado em: __/__/____.

